



Conselho Nacional

ACTA N.º 3 /2011

Aos 21 dias de Abril de 2011, na Sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Ho Chi Min, Edifício da Estatística, pelas 15H00, realizou-se uma reunião do Conselho Nacional, presidida pelo Bastonário da Ordem dos Advogados Dr. Inglês Pinto e com a presença dos seguintes membros do Conselho atrás citado:

- Dr. Hermenegildo Cachimbombo;
- Dr.ª Fátima Neto;
- Dr. António Afonso de Sousa;
- Dr. Albino Sinjecumbi.

Ausências:

- Dr. Machila do Santos(justificada);
- Dr.ª Idalina Vieira;
- Dr.ª Idalina Rodrigues (justificada);
- Dr. Samuel João (justificada);
- Dr. Conceição Miguel.
- Dr. Sérgio Raimundo(justificada);

Além dos membros acima referenciados, a reunião contou também com a presença do Sr. Dr. António Joaquim, na qualidade de assessor do Sr. Bastonário, e teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Aprovação da Acta da reunião anterior;
2. Preparativos do Seminário da UIA/OAA- " INVESTIMENTOS EM ÁFRICA – QUADRO LEGAL E INSTITUCIONAL – CONSTRAGIMENTOS E DESAFIOS"- 6 e 7 de Maio;
3. Processo Eleitoral triénio 2012 – 2014;
4. II.º Congresso Internacional dos Advogados de Língua Portuguesa;
5. Diversos.

Aprovada a proposta de ordem de trabalhos, passou-se à discussão exaustiva dos pontos agendados e foram tomadas as deliberações que abaixo se apontam:



Conselho Nacional

1. Com algumas correcções, de ordem essencialmente formal, foi aprovada a acta da reunião anterior e, num exercício da avaliação do cumprimento das deliberações nela constantes, há a registar o seguinte:

a) No tocante aos factos ocorridos na província do Huambo, envolvendo o partido no poder e o maior partido da oposição em Angola, o Conselho achou por bem instruir o Delegado local da Ordem, Dr. Albino Sinjecumbi, no sentido de abordar o assunto na reunião dos órgãos locais da administração da justiça;

b) O Conselho reiterou a necessidade de submeter a avaliação do Tribunal Constitucional, para efeitos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, o Decreto-Lei n.º 231/79, de 16 de Julho, responsabilidade que foi alocada ao Dr. Sérgio Raimundo.

c) Quanto ao processo eleitoral no Conselho Provincial de Benguela, e ainda a criação dos Conselhos e realização dos actos eleitorais nas provinciais da Huila, Huambo e Cabinda para o triénio 2011/2013, os membros deliberaram a criação de uma comissão eleitoral para conduzir todo o processo, e que é integrada pelos seguintes membros:

Efectivos:

- Dra. Pulquéria Van-Dúnem Bastos- Coordenadora;
- Dr. Hermenegildo Cachimbombo;
- Dr. António Joaquim;

Suplentes:

- Dr. Jayr Fernandes;
- Dr. Flaviano Mafiló.

Nos termos dos art.º 37.º n.º1, dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Angola, o Conselho Nacional deliberou:

a) Fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho Provincial de Benguela;

b) Aplicar às presentes eleições o Regulamento Eleitoral de 29 de Agosto de 1996, com as devidas adaptações.

Finalmente, o Conselho incumbiu à comissão ora criada de apresentar uma proposta de calendarização dos actos eleitorais nas provinciais acima referidas.

d) O Conselho reiterou a necessidade de o Sr. Bastonário, tal como ficou estabelecido na reunião anterior, contactar o Tribunal Supremo para efeitos de regularização do assunto relativo à



Conselho Nacional

obrigatoriedade de indicação de domicílio profissional na cidade de Luanda, por parte dos advogados que exerçam a profissão noutras cidades, nos processos em hajam interposto recurso para o Tribunal atrás indicado.

e) Finalmente, ainda na perspectiva de avaliação do cumprimento das deliberações da reunião anterior, o Conselho recomendou, no âmbito da reactivação ou reposição do funcionamento dos piquetes do Ministério Público junto dos órgãos de investigação criminal, que sejam endereçadas cartas aos Procuradores junto das Direcções Nacional e Provincial da Investigação Criminal, com cópia para o Digníssimo Procurador Geral da República.

2. Neste ponto, o Sr. Bastonário tratou de ilucidar os presentes sobre as dificuldades decorrentes da organização do evento, sobretudo apontando as logísticas e ainda a desarticulação entre a Comissão Interna, criada no seio da O.A.A e a Comissão criada no seio da UIA , tendo, por fim, apontado os patrocínios conseguidos, bem como o apoio institucional da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Justiça para o Seminário acima apontado.

3. Ficou deliberado a constituição ou criação da comissão eleitoral para o triénio 2012/2014, - Bastonário, Conselho Nacional e Conselho Provincial de Luanda -na próxima reunião deste Conselho; No entanto, o Sr. Bastonário se comprometeu a enviar aos membros do Conselho, por e-mail, os nomes dos prováveis integrantes da comissão a constituir.

4. No que diz respeito ao II.º Congresso de Advogados de Língua Portuguesa, cuja organização Angola se comprometeu acolher no próximo ano, isto é, em 2012, dado o facto de estar agendada as eleições gerais em Angola no citado ano, e atendendo ao facto de que a próxima Direcção da Ordem a sair das eleições agendadas para o corrente ano, apenas tomar posse no próximo ano, o Conselho deliberou que o sobredito Congresso se realize apenas após a realização das sobreditas eleições gerais, apontando-se, para tal, em principio, o mês de Outubro.

Aqui, igualmente, o Sr. Bastonário se comprometeu a enviar aos membros do Conselho, por e-mail, os nomes dos prováveis integrantes da Comissão Preparatória do evento.

5. Os membros, após breve informação do Sr. Bastonário sobre os desenvolvimentos dos contactos para a constituição do seguro profissional de responsabilidade civil dos advogados com a seguradora ENSA, S.A deliberaram no sentido da adopção de uma estratégia de divulgação da existência da



Conselho Nacional

obrigatoriedade de constituição de tal seguro, bem como do ofício de 23 de Fevereiro de 2011 da ENSA, S.A , concedendo aos advogados um prazo para contrata-lo.

Foi dada breve notícia sobre o exercício ilegal da profissão, assim como as medidas desencadeadas pelos órgãos da Ordem para debelar este mal que vem assumindo contornos e proporções cada vez mais preocupantes, estando nele implicados cidadãos não inscritos na Ordem e cidadãos inscritos.

Sobre a institucionalização efectiva da Defesa Pública, constitucionalmente consagrada, o Sr. Bastonário informou os presentes dos contactos e desenvolvimentos sobre o assunto com o Ministério da Justiça, no âmbito de um comissão criada para o efeito dentro deste Ministério, de que resultaram a necessidade da Ordem indicar 2(dois) membros para fazer parte da dita comissão.

Foi analisada uma lista elaborada pelo Conselho Provincial de Benguela, Ref.^a.º 10/OA-CPB/ 2011, de 23 de Março, subscrita pelo seu Presidente, Dr. Machila dos Santos, contendo os advogados inscritos pelo citado Conselho e que foi remetida aos Tribunais Provinciais de Benguela e Lobito, o que esta a causar alguma relutância ou resistência aos funcionários dos cartórios judiciais em receber peças processuais que não estejam assinadas por advogados cujos nomes não consta da citada lista.

Embora, a partida, se afaste a ideia de que a aludida não decorra dos termos usados na lista, o Conselho Nacional, face à constatação acima, deliberou oficial o Conselho Provincial de Benguela no sentido de o questionar sobre os reais propósitos e instá-lo a tomar medidas para corrigir imediatamente os efeitos decorrentes da informação e que são manifestamente contrários ao estabelecido no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto n.º 28/96, de 13 de Setembro- Estatutos da Ordem dos Advogados de Angola.

Pelo Dr. Hermenegildo Cachimbombo, enquanto Presidente do CPL, foi suscitada a questão do impacto das declarações do Sr. Bastonário no Jornal de Angola e subsequente entrevista concedida à TPA, traduzida na forma pouco positiva como a sociedade encara os advogados, face ao pronunciamento do Bastonário e a expectativa que se gerou em torno dos advogados que eventualmente tenham incorrido em infracções disciplinares graves.



Conselho Nacional

Ficou acertado o dia 13 de Maio do ano corrente para a realização da cerimónia de entrega de cédulas profissionais a advogados e também a advogados estagiários na cidade do Huambo e a realização de uma conferência pelo Dr. Sérgio Raimundo, sobre o Estatuto da arguido à luz da nova Constituição.

Finalmente, o Conselho analisou a carta subscrita pelo Dr. Sérgio Raimundo em que este denuncia alegados actos de perseguição de que vem sendo alvo por parte de magistrados do Ministério Público e também de autoridades policiais em virtude de alguns processos em que assumiu a defesa e que envolvem aspectos marcadamente políticos e, por isso, demasiadamente mediatizados.

O Conselho face à manifesta gravidade das denúncias, deliberou remeter a carta ao Digníssimo Procurador Geral da República, a fim de, a Procuradoria Geral da República, enquanto fiscal da legalidade tomar as medidas que se impuserem à situação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada por volta das 17H40M, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelo Sr. Bastonário após aprovação.

Luanda, 29 de Abril de 2011.

O BASTONÁRIO

Manuel Vicente Inglês Pinto